

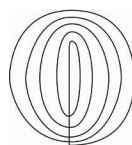
Versão PDF da entrada

COMPROMISSO ONTOLÓGICO

da EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Compromisso Ontológico
Copyright © 2014 do autor
Daniel Durante

Todos os direitos reservados

Resumo

Divergências sobre o que existe são tão básicas que tendem a dificultar ou até bloquear o diálogo entre os antagonistas. As várias disputas entre *crentes* e *ateus*, ou *realistas* e *nominalistas* são apenas dois tipos de exemplos. Interessado em contribuir para a inteligibilidade do debate sobre ontologia, em 1939 W. V. Quine iniciou uma série de trabalhos em que apresenta a noção de compromisso ontológico e propõe um critério supostamente objetivo para identificar as condições exatas em que um discurso teórico sinaliza uma suposição de existência. Pretendo apresentar o conceito de compromisso ontológico e o critério quineano, apresentar e avaliar algumas das muitas críticas que o critério recebeu e situá-lo no contexto da filosofia de Quine. Como produto destas análises, espero contribuir para a reflexão sobre a relevância e o lugar filosófico da noção de compromisso ontológico.

Palavras-chave

Compromisso ontológico, Metafísica, Lógica, Semântica, Ontologia

Abstract

Disagreements over what exists are so basic that they tend to hinder or even block the dialog between antagonists. The various disputes between *believers* and *atheists*, or *realists* and *nominalists* are only two kinds of examples. Interested in contributing to the intelligibility of the debate on ontology, W. V. Quine in 1939 began a series of works in which he presents the notion of ontological commitment and proposes a supposedly objective criterion to identify the exact conditions under which a theoretical discourse signals an assumption of existence. I intend to present the concept of ontological commitment and the quinean criterion, to present and evaluate some of the many criticisms that the criterion received and to situate it in the context of the philosophy of Quine. As a product of these analyses, I hope to contribute to the reflection on the relevance and philosophical place of the notion of ontological commitment.

Keywords

Ontological commitment, Metaphysics, Logic, Semantics, Ontology

Compromisso Ontológico

1 Introdução

Na primeira linha da primeira página do primeiro artigo em que Quine se refere à noção de compromisso ontológico, “A Logistical Approach to the Ontological Problem” (daqui para frente LAOP), publicado em 1939, ele faz a seguinte pergunta: “o que significa perguntar, por exemplo, se existe uma tal entidade como a redondeza?” (Quine 1966a: 64)¹

Repare que Quine não pergunta se a redondeza existe ou não. Ele pergunta sobre o significado da própria pergunta pela existência da redondeza. Mais do que investigar o que existe ou não, esta pergunta nos convida a investigar o que significa existir. O produto desta investigação não será portanto um catálogo do que existe, mas uma caracterização do existir, uma *doutrina do ser*, um *conceito de existência*.

Para podermos argumentar em favor da existência ou não de uma suposta entidade, de modo a ultrapassar as diferenças fundamentais que as posições antagônicas expressam, é necessário que assumamos, antes, algum conceito de existência que sirva de padrão racional para nossos argumentos. Sem esta caracterização prévia do que significa da existir, qualquer debate sobre ontologia reduz-se a preconceitos e arbitrariedades.

A pergunta inaugural de Quine indica-nos, pois, o caminho de suas investigações. A noção de *compromisso ontológico* que ele irá introduzir estabelece duas pré-condições para o debate ontológico: (i) a estipulação de um conceito de existência e (ii) a exigência de coerência com o conceito estipulado. Seja qual for o meu entendimento sobre o que é existir, eu tenho que respeitá-lo em meus discursos e em meus julgamentos sobre os discursos alheios. Não posso, no debate ontológico, imputar suposições de existência aos discursos irrefletidamente, mas apenas na medida em que a coerência com algum conceito de existência previamente assumido assim o exigir. Alegações de existência assim imputadas são os compromissos

¹ A tradução desta e de todas as citações literais deste artigo são minhas.

ontológicos que o discurso tem, de acordo com o conceito de existência assumido. A noção de compromisso ontológico é, portanto, uma reivindicação de racionalidade.

Na segunda linha de LAOP, Quine continua:

Note que podemos usar a palavra ‘redondeza’ sem reconhecer qualquer entidade. Podemos sustentar que a palavra é sincategoremática, como preposições, conjunções, artigos, vírgulas, etc.: que embora ela ocorra como parte essencial de várias sentenças com significado, ela não é uma coisa. *Perguntar se existe uma tal entidade como a redondeza não é, portanto, perguntar pela significância (meaningfulness) de ‘redondeza’; ao invés, equivale a perguntar se esta palavra é um nome ou uma expressão sincategoremática.* (Quine 1966a: 64) (ênfase minha)

Na passagem destacada, Quine está contrapondo duas maneiras diferentes de interpretar a pergunta pela existência da redondeza. Ao fazer isso ele está, de fato, contrapondo dois conceitos de existência distintos. A doutrina que ele rejeita relaciona o ser à significância, a que ele defende relaciona o ser à referência.

Não devemos deixar que o aspecto linguístico em que Quine coloca a questão esconda o radicalismo da diferença entre estes dois conceitos de existência. Relacionar o ser à significância, por exemplo, parece uma boa maneira de buscar coerência para as ideias que sustentam concepções idealistas ou fenomenalistas sobre a existência, ou até mesmo posições deflacionistas sobre a própria ontologia. Já relacionar o ser à referência, por sua vez, parece um bom meio de acomodar concepções realistas.

Cada um destes dois conceitos de existência demanda compromissos ontológicos distintos. Considere a sentença:

Cascalhos têm redondeza (1)

A palavra ‘redondeza’ é aqui um termo significativo de uma sentença significativa. Portanto, segundo a doutrina que relaciona o ser à significância, é legítimo imputar a esta sentença e a quem quer que a defenda a suposição de que a redondeza existe. Se ser é significar, então há um compromisso ontológico da sentença (1) com a redondeza.² Por outro lado, segundo a doutrina preferida de Quine, que relaciona o ser à referência, só será legítimo imputar a esta sentença

² Em Searle (1969: 104) temos um bom exemplo de adesão à teoria da significância.

a suposição de que a redondeza existe, se a palavra ‘redondeza’ for de fato um veículo para a referência (papel normalmente ocupado pelos nomes) e não uma expressão sincategoremática, que embora contribua para o significado da sentença, ‘não é uma coisa’.

Dois questões fundamentais exigem consideração. A primeira é por que favorecer a doutrina da referência em detrimento da doutrina da significância? A outra é, uma vez assumida a doutrina da referência, qual o fundamento para decidir quando um termo é um veículo legítimo para a referência?

O tratamento destas duas questões será um tema recorrente na obra de Quine nos trinta anos subsequentes à publicação de LAOP. A primeira, e mais geral das duas questões, Quine simplesmente ignora neste momento inicial. Sua preferência pela doutrina da referência se justificará nos termos de suas concepções filosóficas mais gerais: seu naturalismo, sua rejeição das noções de analiticidade, sinonímia e noções intensionais em geral, seu princípio de parcimônia ontológica, guiado pelo apego à navalha de Ockham, e seus padrões de admissibilidade ontológica, baseados em critérios de individuação fornecidos pelas leis lógicas da identidade.

A resposta de Quine à segunda questão, sobre o fundamento para decidir se um dado termo é veículo de referência legítimo, será dada, exatamente, pelo seu critério de compromisso ontológico, juntamente com suas concepções sobre redução ontológica, regimentação e paráfrase.

Em resumo, podemos dizer que a noção de *compromisso ontológico* representa, portanto, o reconhecimento de que imputações de suposição de existência aos discursos só são legítimas quando a coerência com algum conceito de existência assim o exigir. E a noção de *critério de compromisso ontológico*, por sua vez, representará o esclarecimento desta exigência. Fixado um conceito de existência, o critério estabelecerá quais são os elementos e formas dos discursos que atestam determinada suposição de existência. Na proposta de Quine, este conceito de existência é a doutrina referencial do ser e os elementos que atestam suposição de existência serão aqueles que se comportam como veículos legítimos para a referência.³

³ Eu obviamente não pretendo que estas poucas palavras tenham esclarecido o que estou chamando de doutrina referencial do ser. Este esclarecimento envolve

2 O caminho de Quine à formulação do critério

No segundo parágrafo de LAOP, Quine continua:

Questões ontológicas podem ser transformadas, deste modo superficial, em questões relativas à fronteira entre nomes e expressões sinca-tegoremáticas. Agora, onde, de fato, fica esta fronteira? *A resposta será encontrada, penso eu, voltando nossa atenção para as variáveis.* (Quine 1966a: 64) (ênfase minha)

Especificar o critério de compromisso ontológico, portanto, exigirá de Quine que ele esclareça em que condições um termo é um nome legítimo, e portanto veículo para a referência e para a existência, e em que condições é um termo que apenas contribui para o significado global da sentença.

Quine percebe que não poderá confiar esta tarefa à gramática. Os “nomes” que ele procura não são os substantivos nem os sujeitos gramaticais. Se assim o fossem não haveria muita diferença entre a doutrina da referência e a doutrina da significância, uma vez que podemos substantivar a maioria dos verbos, adjetivos, advérbios aos quais atribuímos algum significado. A própria palavra ‘redondeza’ (*roundness*) de sua questão inicial é resultado da substantivação de um adjetivo. E há também o problema oposto, de muitas expressões que são substantivos gramaticais, mas que não têm referência, como ‘Pégaso’, ou ‘o consumidor típico’.

Ademais, fazer um inventário dos possíveis substantivos de uma língua e imputar-lhes suposição de existência poderia, no máximo, nos dar uma lista do que pode haver para os falantes desta língua. Mas esta nunca foi a intenção de Quine e nem ajudaria a responder a sua pergunta inaugural, que não era saber se a redondeza existe ou não, mas sim entender o que significa a própria pergunta pela existência da redondeza. O nome do seu artigo mais famoso sobre o assunto, publicado em 1948, não é “What There Is” (O que Há), mas é “On What There Is” (Sobre o que Há) (Quine 1963d). A resposta que devemos procurar em seu critério de compromisso ontológico,

diversos aspectos que estão fora do âmbito deste artigo. Uma boa abordagem introdutória às questões mais gerais da meta-ontologia quineana é van Inwagen (2009). Para os nossos propósitos aqui basta que percebamos que há mais de uma maneira distinta de conceber o modo como a existência reflete-se na linguagem, e que para Quine este modo é a referência e não o significado.

portanto, não será um catálogo do que há, mas será um passo em direção ao esclarecimento sobre o que significa existir.

Em uma reelaboração de LAOP publicada no final daquele mesmo ano de 1939, sob o título “Designation and Existence”, Quine nos dá a descrição mais clara do que o motivou na formulação de seu critério:⁴

Talvez não possamos chegar a uma decisão absoluta sobre quais palavras designam e quais não, mas pelo menos podemos dizer se um determinado padrão de comportamento linguístico interpreta ou não uma palavra *W* como tendo uma referência (*designatum*). *Isto é decidido através do julgamento de se a generalização existencial com respeito a W é aceita como uma forma de inferência válida.* (Quine 1939: 706) (ênfase minha)

O padrão de comportamento linguístico que interpreta uma palavra como veículo de referência não será, portanto, para Quine, um padrão gramatical, mas sim um *padrão lógico*. Não são todos os substantivos gramaticais que nos levam ao que existe, mas, dentre eles, apenas aqueles para os quais aceita-se como válida a aplicação da regra lógica de generalização existencial.⁵

Quando afirmo:

Esta moeda e aquela pizza têm redondeza. (2)

parece claro que eu aceitaria como válida uma aplicação de generalização existencial que levasse a:

Esta moeda existe. (3)

Aquela pizza existe. (4)

⁴ Diferentemente de LAOP, que foi republicado em *The Ways of Paradox: and other essays*, o artigo “Designation and Existence” nunca foi republicado nas famosas coletâneas de Quine. Devo o conhecimento deste artigo e desta própria citação a Chateaubriand (1971).

⁵ Em sentido estrito, a regra de generalização existencial é a regra lógica que autoriza a inferência de uma afirmação geral de existência (*Existem Fs*) a partir de uma sentença que predica algo de um indivíduo (*a é um F*). Em símbolos: $F(a) \models \exists x F(x)$. Em sentido lato, conforme usada por Quine na citação acima, afirmar que se aceita a generalização existencial como sendo uma inferência válida com respeito a uma palavra ‘*W*’, equivale a considerar que ‘*W*’ é um nome legítimo, sobre o qual se aceita que tenha uma referência, e portanto, uma aplicação formal da regra de generalização existencial do tipo $G(w) \models \exists x G(x)$ seria uma aplicação válida.

Mas não é claro se eu aceitaria como válida uma aplicação de generalização existencial que levasse de (2) a:

A redondeza existe. (5)

Pois ainda que ‘redondeza’ seja um nome em (2), eu poderia ter dito o que eu quiz dizer com (2) através da sentença:

Esta moeda e aquela pizza são redondas. (6)

Mas não posso inferir (5) de (6) por generalização existencial, já que ‘redondas’ não é um nome, mas um adjetivo que em (6) tem função de predicativo do sujeito.

Ora, parece que não saímos do lugar. Afinal de contas, poderemos, à nossa vontade, admitir ou não como válida uma aplicação de generalização existencial com respeito à palavra ‘redondeza’, dependendo de se nos fixamos à forma (2) ou se aceitamos a forma (6).

Alguns pontos precisam, no entanto, ser esclarecidos. Devemos novamente nos lembrar de que não é objetivo do critério de Quine decidir se a redondeza, ou qualquer outra suposta entidade, existe ou não, mas apenas indicar as circunstâncias exatas em que, segundo a doutrina referencial do ser, podemos imputar a determinados discursos uma suposição de existência específica.

O apelo à regra de generalização existencial indica as preferências de Quine para o seu critério. A linguagem natural, com todas as suas sutilezas e diferentes formas de expressão, não é o ambiente mais adequado para julgarmos se uma aplicação da regra de generalização existencial é válida ou não. O ambiente mais propício será a linguagem formal da *lógica clássica de primeira ordem*, com as restrições extras da eliminação dos nomes e da maneira *à la* Russell de formalizar descrições. Será nesta *notação canônica* que, segundo Quine, finalmente poderemos objetivamente verificar as suposições de existência.⁶

⁶ A linguagem formal da lógica clássica de primeira ordem inclui entre os símbolos não-lógicos as constantes individuais, que são as contrapartes formais dos nomes gramaticais. Nos artigos de 1939, Quine ainda considera as constantes individuais como elementos da notação canônica. Mas em “On What There Is” ele propõe ampliar a teoria das descrições definidas de Russell (1905) para alcançar também os nomes, e promove, assim, uma completa eliminação das constantes individuais da notação canônica (Quine 1963d: 7-8; Alves 2011: 34).

Neste ambiente austero não há discursos, mas teorias; não há nomes, mas variáveis e quantificadores; não há propriedades ou relações em geral, mas conjuntos limitados e pré-estabelecidos de símbolos de predicado e de relações n -árias que constituirão os vocabulários não-lógicos de cada teoria ali formalizada. O critério de Quine será formulado tendo como foco as teorias formalizadas nesta notação canônica. Sua aplicação aos discursos será, por isso, apenas indireta. Ela exigirá o passo intermediário da *regimentação* formal.

Mais de 40 anos depois de LAOP, em “Things and Their Place in Theories”, de 1981, Quine justifica a regimentação nos seguintes termos:

A ideia de uma fronteira entre a existência e a não existência é uma ideia filosófica, uma ideia da ciência técnica em um sentido amplo. Cientistas e filósofos buscam um sistema compreensivo do mundo, que é orientado para a referência mais francamente e absolutamente que a linguagem ordinária. As preocupações ontológicas não são uma correção do pensamento e prática leigos; são estrangeiras à cultura leiga, ainda que dela tenham florescido. (Quine 1981b: 9)

Para avaliar os compromissos ontológicos de um discurso precisamos, primeiramente, regimentá-lo segundo a notação canônica, especificar uma interpretação para os símbolos não-lógicos (de predicado e relação) e tratar sua versão regimentada como uma teoria, ou seja, acrescentar às sentenças explicitamente declaradas (os axiomas) todas as suas consequências lógicas. Como não há nomes na notação canônica, os únicos veículos para a referência (e portanto para a existência) serão as variáveis. E os matemáticos costumam dizer que a referência de uma variável é o seu valor.

3 Ser é ser o valor de uma variável

Chegamos finalmente ao ponto de poder dar sentido tanto ao enunciado do critério de compromisso ontológico de Quine, quanto ao seu famoso slogan sobre o ser. E encontramos uma primeira expressão de ambos, já em 1939, logo na terceira página de LAOP.

Podemos ser acusados de admitir uma certa entidade se e somente se consideramos o domínio de nossas variáveis como incluindo tal entidade. Ser é ser um valor de uma variável. (Quine 1966a: 66)⁷

⁷ Quine posteriormente trocou a expressão ‘um valor’ por ‘o valor’, de modo

O slogan de Quine não é nada mais do que a afirmação do conceito de existência que ele favorece, a doutrina referencial do ser, em conjunção com a concepção de que as variáveis da notação canônica são o único veículo legítimo e inequívoco para a referência. E o critério de Quine, por sua vez, é apenas uma consequência imediata desta posição: se ser é ser o valor de uma variável, então comprometemo-nos ontologicamente com a existência de tudo aquilo que contamos entre os valores de nossas variáveis.

Mas assim definido, o critério ainda exige esclarecimento. Esta versão se refere aos nossos compromissos, e não aos de nossos discursos ou teorias! (*Podemos ser acusados...*) Como é possível, afinal, identificar em uma teoria regimentada na notação canônica quais são os valores de suas variáveis?

Uma outra formulação do critério, presente em um dos últimos artigos em que Quine dedica-se ao tema, “Existence and Quantification”, publicado em 1968, esclarece melhor o ponto:

Para mostrar que uma teoria assume um dado objeto, ou objetos de uma dada classe, temos que mostrar que a teoria seria falsa se aquele objeto não existisse, ou se aquela classe fosse vazia. (Quine 1969a: 93)

Então, uma teoria compromete-se ontologicamente com algo quando a teoria seria falsa se este algo não estivesse entre os valores de suas variáveis.

Considere as seguintes sentenças regimentadas na notação canônica:

$$\exists x \text{ Fantasma}(x) - (\text{Fantasmas existem}) \quad (7)$$

$$\forall y (\text{Fantasma}(y) \rightarrow \text{Transparente}(y)) - (\text{Fantasmas são transparentes}) \quad (8)$$

Quando (7) será falsa? Ela será falsa quando nenhum dos valores possíveis para a variável ‘x’ for um fantasma. Se entre o domínio (*range*) das variáveis de (7) não houver fantasmas, então (7) é falsa. Logo, se a classe dos fantasmas for vazia, (7) é falsa e, portanto, (7) e qualquer teoria da qual (7) seja uma de suas sentenças *compromete-se*

que a versão definitiva de seu slogan ficou: “ser é ser o valor de uma variável” (Quine 1963d: 15). Muitos autores acrescentam o qualificativo ‘ligada’ ao termo variável e apresentam o slogan como: “ser é ser o valor de uma variável ligada” (Branquinho 2006: 152). As duas versões são equivalentes por motivos que ficarão claros ainda nesta seção.

ontologicamente com fantasmas.

E quanto a (8), quando ela será falsa? Ela só será falsa se, entre os valores de 'y', houver um que é um fantasma e não é transparente. Se nenhum dos valores de 'y' for um fantasma, as regras da semântica formal asseguram que (8) é verdadeira. Afinal (8) não diz que existem fantasmas. Ela apenas diz que se houver fantasmas, eles serão transparentes. Então, diferentemente de (7), (8) *não se compromete ontologicamente* com fantasmas, porque não é preciso que haja fantasmas para que (8) seja verdadeira.

O recurso à regimentação na notação canônica e o apelo às regras semânticas que explicitam as condições de verdade das sentenças formalizadas ajudam-nos a perceber que podemos, muitas vezes, usar a palavra 'fantasma' em sentenças *significativas* e possivelmente *verdadeiras*, como (8), sem que isto acarrete qualquer compromisso com a existência de fantasmas. Estes exemplos, creio, esclarecem não apenas a importância da noção de compromisso ontológico para o debate sobre ontologia, como também o fundamento do próprio critério de Quine.

Uma outra vantagem da regimentação é que as *regras semânticas*, que estabelecem as condições de verdade das sentenças, e as *regras lógicas*, que estabelecem as consequências lógicas das sentenças, são tão intimamente relacionadas que se pode demonstrar que uma teoria **T** exige que uma entidade do tipo *P* esteja entre os valores de suas variáveis, ou seja, **T** seria falsa caso a classe *P* fosse vazia, se e apenas se '∃x P(x)' for uma das sentenças de **T** (ou um de seus axiomas, ou uma de suas consequências lógicas). Então, dado que uma teoria compromete-se ontologicamente com aquilo que a tornaria falsa caso não estivesse entre os valores de suas variáveis, podemos propor a seguinte formulação alternativa para o critério de Quine:

T compromete-se ontologicamente com *Ps* ↔ **T** ⊨ ∃x P(x) ⁸

⁸ Embora eu esteja evitando detalhes demasiadamente formais, alguns esclarecimentos são necessários aqui para evitar mal-entendidos: (1) Estou usando a expressão 'teoria **T**' de modo ambíguo, tanto para expressar uma axiomática de **T**, quanto o seu fecho dedutivo, ou seja, a coleção de seus axiomas acrescida de todas as suas consequências lógicas. (2) Para formalizar uma teoria na notação canônica, usa-se um vocabulário (não-lógico), um conjunto de símbolos de predicado e de relação que farão parte das sentenças da teoria. Então, na sentença '∃x P(x)' por exemplo, o símbolo 'P' é um símbolo de predicado do vocabulário

Ou seja, \mathbf{T} compromete-se ontologicamente com entidades do tipo P se e somente se $\exists x P(x)$ for consequencialógica de \mathbf{T} . Assim, dada uma teoria \mathbf{T} qualquer, para conhecer seus compromissos ontológicos basta averiguar as suas afirmações existenciais, tanto as explícitas, que estão entre seus axiomas, quanto as que são consequencialógica dos axiomas.

Versões levemente alteradas desta formulação foram reiteradamente sugeridas na literatura por Cartwright (1954), Church (1958), Chateaubriand (1971), Richard (1998), Rayo (2007) e Michael (2008), entre outros. Quine, no entanto, sempre preferiu formular seu critério em termos mais diretamente semânticos. Apesar disso, sua anuência a esta formulação pode ser atestada em algumas passagens, como:

A existência é o que o quantificador existencial expressa. Há coisas do tipo F se e somente se $\exists x F(x)$. Isto é tanto inútil quanto inquestionável. (Quine 1969a: 97)

da teoria em questão. Utilizo como símbolos de notação canônica tanto letras maiúsculas (como 'G'), quanto palavras iniciadas por letras maiúsculas (como 'Fantasma'). (3) Uma teoria \mathbf{T} é *interpretada*, no sentido empregado por Quine, quando para cada símbolo de predicado 'P' e de relação 'R' de seu vocabulário admite-se um critério para julgar de que coisas (entidades) considera-se verdadeiro dizer que são P e de quais seqüências de coisas considera-se verdadeiro dizer que relacionam-se segundo R. Portanto, podemos dizer que a todo símbolo de predicado 'P' do vocabulário de uma teoria interpretada \mathbf{T} , está associada uma *extensão*, dada pelas coisas que a interpretação associa ao símbolo 'P', ou seja, os valores de 'x' para os quais a interpretação considera 'P(x)' verdadeira. Por exemplo, ao símbolo de predicado 'Azul' uma interpretação ortodoxa associa as coisas azuis como a sua extensão. (4) Há duas leituras possíveis para as expressões 'classe P', 'entidades do tipo P' e 'Ps', conforme as tenho usado. Em uma interpretação extensional, o que estou chamando de 'classe P' corresponde exatamente a esta extensão associada a 'P' por uma interpretação predefinida. Neste caso, as 'entidades do tipo P', ou simplesmente os 'Ps', são os elementos desta extensão, as entidades (valores de 'x') para as quais a interpretação predefinida considera a predicação 'P(x)' verdadeira. Já em uma leitura intensional, 'classe P', 'tipo P' ou simplesmente 'P' referem-se ao próprio conceito (ou função característica) que define a extensão do predicado 'P' através da interpretação predefinida. Não pretendo resolver esta ambiguidade por motivos que ficarão claros na próxima seção. (5) O símbolo 'F' corresponde à consequência lógica semântica. Como estamos no âmbito da lógica clássica de primeira ordem, para a qual vale o teorema da completude, uma formulação equivalente a esta para teorias finitamente axiomatizáveis poderia ser obtida substituindo 'F' por 'F', que corresponde à consequência dedutiva, ou demonstrabilidade.

Ora, se há coisas do tipo F se e somente se $\exists x F(x)$, então a teoria T assume coisas do tipo F (compromete-se ontologicamente com F s) se e somente se $T \models \exists x F(x)$, ou seja, se ' $\exists x F(x)$ ' é uma das afirmações de T .

Esta formulação alternativa nos leva de volta a "Designation and Existence", onde Quine apontou na regra de generalização existencial o comportamento linguístico que nos compromete com a existência. Ela também coloca em evidência o que talvez seja a contribuição mais influente de Quine à ontologia contemporânea: a concepção meta-ontológica de que a existência é indissociável da quantificação. Qualquer doutrina sobre o ser exige e vincula-se a uma teoria da quantificação específica, de modo que diferentes teorias da quantificação refletem diferentes conceitos de existência. Segundo Quine:

A teoria da quantificação clássica goza de uma extraordinária combinação de profundidade e simplicidade, beleza e utilidade. [...] Desvios dela, em contraste, tendem a parecer especialmente arbitrários. Mas como eles existem, o mais claro e simples é dizer que conceitos de existência desviantes existem junto com eles. (Quine 1969a: 112-113)

Esta vinculação entre a existência e a quantificação é um legado de Quine⁹ que se faz presente em quase todos os flancos do debate ontológico contemporâneo, incorporado como elemento metodológico aceito por filósofos com as mais divergentes posições sobre ontologia e metafísica.¹⁰

4 Compromisso ontológico e intensionalidade

A distinção entre a *extensão* e a *intensão* de um predicado já era feita pelos medievais e suas origens remontam a Aristóteles. A extensão de um predicado é composta pelas coisas das quais ele é verdadeiro e sua intensão, a grosso modo, liga-se ao seu significado. A extensão do predicado 'corajoso', por exemplo, são os indivíduos corajosos

⁹ Conforme Branquinho (2012) aponta, podemos retroceder um pouco mais e atribuir a Frege e Russell as origens desta vinculação entre existência e quantificação. No entanto, é Quine e sua noção de compromisso ontológico que dá a ela sua expressão mais madura.

¹⁰ Em Chalmers et al. (2009) há bons exemplos de como a vinculação entre existência e quantificação é usada e aceita por defensores de posições bastante divergentes sobre ontologia e metafísica.

e a sua intensão corresponde àquilo que nos habilita a distinguir os indivíduos corajosos dos que não o são. As intensões e extensões nem sempre andam juntas. Os predicados ‘ser um animal racional’ e ‘ser um animal com polegar opositor’ têm claramente significados distintos; aquilo que nos habilita a identificar se um animal é ou não racional é claramente distinto do que nos habilita a identificar se ele tem ou não polegar opositor. Portanto estes dois predicados têm diferentes intensões. No entanto, eles são verdadeiros exatamente dos mesmos indivíduos, os seres humanos. Por isso, apesar de terem diferentes intensões estes dois predicados têm a mesma extensão.

Assim como a matemática tradicional e a teoria dos conjuntos são disciplinas exclusivamente extensionais, Quine acreditava que o mesmo poderia ser obtido na reflexão teórica em geral. Ele acreditava que poderíamos fazer ciência e filosofia sem a necessidade de lidar com intensões, significados e noções correlatas. Mais do que isto, ele considerava estas noções problemáticas e esforçava-se para excluí-las totalmente de seu projeto filosófico. Em “Ontology and Ideology”, de 1951, ele afirma:

[U]ma clivagem fundamental precisa ser observada entre duas partes da chamada semântica: a teoria da referência e a teoria do significado. A teoria da referência trata de nomeação, denotação, extensão, coextensividade, valores de variáveis, verdade; a teoria do significado trata de sinonímia, analiticidade, sinteticidade, acarretamento (*entailment*), intensão. Agora a questão da ontologia de uma teoria é uma questão puramente da teoria da referência. A questão da ideologia de uma teoria, por outro lado, obviamente tende a cair dentro da teoria do significado; e, nesta medida, é herdeira de miseráveis condições, a virtual falta de conceitualização científica, que caracterizam a teoria do significado. (Quine 1951: 15) (ênfase minha)

A teoria da referência, portanto, é a parte da semântica que pode ser tratada extensionalmente, que dispensa considerações sobre as intensões das expressões linguísticas. A teoria do significado, por sua vez, é a parte da semântica cujo entendimento extrapola a referência e extensão e lida com as noções de intensão, significado e analiticidade, que Quine rejeita veementemente como confusas e obscuras. Em “Two Dogmas of Empiricism”, de 1951, talvez o seu artigo mais famoso, Quine (1963e) apresenta uma eloquente crítica às noções de analiticidade e sinonímia, bem dentro deste espírito de rejeição das noções intensionais.

Em uma das primeiras reações críticas ao critério de compromisso ontológico de Quine, Cartwright (1954) contesta a afirmação em destaque da citação acima, que coloca as questões sobre a ontologia de uma teoria exclusivamente no âmbito da teoria da referência. Ao examinar as formulações do critério, Cartwright notou que elas empregam termos que Quine associa à teoria do significado.

Dentre as mais de uma dezena de formulações de Quine para seu critério catalogadas por Chateaubriand (1971), podemos eleger a seguinte como talvez a mais representativa:

[E]ntidades de um dado tipo são assumidas por uma teoria se e somente se algumas delas devem ser contadas entre os valores das variáveis para que as declarações afirmadas na teoria sejam verdadeiras. (Quine 1963b: 103) (ênfase minha)

Mas dizer que entidades *devem* ser valores de variáveis é o mesmo que dizer que é *necessário* que elas o sejam, e segundo Cartwright (1954: 319), o termo ‘necessário’ é um candidato tão bom à teoria do significado quanto o são os termos ‘analítico’ e ‘acarretamento’. A nossa formulação alternativa também não foge ao problema, uma vez que ela não é explícita sobre como interpretar a expressão ‘*Ps*’ em ‘**T** compromete-se ontologicamente com *Ps*’¹¹, além de empregar explicitamente a noção de consequência lógica ‘**F**’, cuja caracterização como pertencente à teoria do significado ou da referência é tema no mínimo controverso (Etchemendy 1990).

A maioria dos filósofos contemporâneos não compartilha das suspeitas de Quine contra a teoria do significado e, portanto, não considera o suposto caráter intensional dos compromissos ontológicos como um problema. No entanto, ser acusado de não respeitar os próprios padrões é uma das piores faltas filosóficas. Uma possibilidade para tirar Quine deste embaraço seria apresentar uma interpretação extensional do critério que não necessitasse para a sua formulação de qualquer noção intensional ligada à teoria do significado. Infelizmente, esta possibilidade não se consolidou. Além do próprio Cartwright (1954), também Scheffler and Chomsky (1958), Parsons (1967), Jubien (1972), Chateaubriand (2003), dentre outros, mostraram que a inteligibilidade da noção de compromisso ontológico é incompatível com qualquer interpretação extensional.

¹¹ Ver item (4) da nota 9.

Nos referimos, anteriormente, a intensão e extensão de predicados, mas também podemos relacionar estes conceitos a outras expressões linguísticas. Assim como a extensão de um predicado são os objetos dos quais ele é verdadeiro, a extensão de uma *relação n-ária* (ou de uma *sentença aberta* com n variáveis livres) são as seqüências de n objetos das quais a relação (ou a sentença) é verdadeira; a extensão de um *termo singular* é a sua referência, o objeto que ele denota; e a extensão de uma *sentença* (fechada) é o seu valor de verdade. Duas expressões (predicados, relações, sentenças abertas, termos individuais ou sentenças fechadas) serão *co-extensivas* se tiverem a mesma extensão (Hylton 2007: 288).

Estas definições propiciam um teste bastante objetivo para saber se a interpretação de determinadas expressões pode restringir-se às suas extensões, o que é chamado de um *contexto extensional*, ou se a inteligibilidade do que é dito exige que se incorpore também as intensões dos termos, o que se denomina um *contexto intensional*. Se substituições de termos singulares, predicados e relações em uma sentença fechada por termos singulares, predicados e relações co-extensivos nunca alterarem a extensão da própria sentença (seu valor de verdade), então estamos em um contexto de interpretação extensional. Caso contrário, quando substituições de expressões co-extensivas podem alterar a extensão da expressão composta, então estamos em um contexto intensional.

O fundamento do teste é o famoso princípio de substitutividade dos idênticos (*salva veritate*). Contextos extensionais são, portanto, contextos semânticos em que o princípio de substitutividade *salva veritate* vale, pois substituições de termos co-extensivos não alteram a verdade das afirmações. Há também uma intuição pragmática no uso do teste: onde as intensões não fazem diferença, não alteram a verdade ou falsidade do que é dito, não precisamos delas. Elas só devem ser consideradas parte da interpretação semântica quando exigidas.

Jubien (1972) usou o teste da substitutividade de expressões co-extensivas para mostrar que a inteligibilidade da noção de compromisso ontológico é incompatível com qualquer interpretação extensional. Primeiramente ele propôs tratar a noção de compromisso ontológico como uma relação entre teorias interpretadas de um lado, e seus compromissos ontológicos do outro. Assim, afirmar que

α é um dos compromissos ontológicos da teoria \mathbf{T} equivale a afirmar a seguinte relação:

$$\mathbf{T} \text{ assume } \alpha$$

Teremos uma interpretação extensional do conceito de compromisso ontológico se mostrarmos que afirmações do tipo ($\mathbf{T} \text{ assume } \alpha$) respeitam o princípio de substitutividade dos idênticos. Neste caso, se é verdade que ($\mathbf{T} \text{ assume } \alpha$) e que α e β são co-extensivos, então também deve ser verdade que ($\mathbf{T} \text{ assume } \beta$).¹²

Neste ponto uma pergunta até agora evitada se impõe: que tipo de coisa pode ser compromisso ontológico de uma teoria? Quando digo que ($\mathbf{T} \text{ assume } \alpha$), o que é isto que \mathbf{T} assume? Qual é o domínio da variável ' α '? A resposta que uma interpretação literal do critério de Quine nos dá é que o domínio de ' α ' e o das variáveis da própria teoria \mathbf{T} são o mesmo. Afinal, Quine afirma que “entidades de um dado tipo são assumidas por uma teoria se e somente se algumas delas devem ser contadas entre os valores das [suas] variáveis”. (1963b: 103)

Considere então as seguintes duas teorias, cada uma delas com apenas uma afirmação existencial, ambas ortodoxamente interpretadas:

$$\mathbf{T}_U \quad \exists x \text{ Unicornio}(x) \text{ — (Unicórnios existem)}$$

$$\mathbf{T}_C \quad \exists y \text{ Centauro}(y) \text{ — (Centauros existem)}$$

Se considerarmos que '*assume*' é uma relação entre teorias e entidades do mesmo tipo das que podem ser valores de suas variáveis, então, como não existem centauros nem unicórnios, não há nenhuma entidade entre os possíveis valores de ' x ' e ' y ' que faça as afirmações de \mathbf{T}_U e \mathbf{T}_C verdadeiras. Logo, de acordo com o critério de Quine, \mathbf{T}_U e \mathbf{T}_C não terão qualquer compromisso ontológico.¹³ Em geral não será

¹² O artigo de Jubien é muito mais detalhado do que o rápido esboço que apresentaremos aqui. No entanto, utilizamos dele a estrutura geral do argumento, organizado sobre a análise das possibilidades para o domínio do segundo termo da relação '*assume*'.

¹³ Ainda que se admita a existência de entidades que sejam universais ou particulares abstratos para centauro (ou a centauridade) e unicórnio (ou a unicornidade), estas entidades não são o tipo de coisa para as quais os predicados

possível a uma teoria comprometer-se ontologicamente com o que não existe. Esta conclusão, no entanto, é contrária a qualquer intuição aceitável para a noção de compromisso ontológico. Como Quine reiteradamente afirmou,

movemo-nos agora não para a questão da verificação sobre a existência, mas sobre as imputações de existência: sobre o que uma teoria diz que existe. (Quine 1969a: 93)

E o que uma teoria diz que existe não pode ser refém do que existe. Ainda que não haja centauros, T_C diz que há e, portanto, assume compromissos ontológicos.

Uma primeira possibilidade para resolver este problema é construir a relação ‘assume’ não entre teorias e as entidades que podem ser valor de suas variáveis, mas entre teorias e classes destas entidades. Como a classe vazia ainda é uma classe, mesmo não havendo unicórnios a teoria T_U teria compromisso ontológico com a classe vazia. O problema agora é que não havendo centauros, os compromissos ontológicos de T_C também se resumiriam à classe vazia e, portanto, T_U , que apenas afirma que existem unicórnios, e T_C , que apenas afirma que existem centauros, teriam apesar disso os mesmos compromissos ontológicos: a classe vazia. E mais, se chamarmos de α a extensão do predicado ‘Unicórnio’ (ou seja, a classe dos unicórnios) e de β a extensão de ‘Centauro’ (a classe dos centauros), temos:

$$T_U \text{ assume } \alpha$$

$$T_C \text{ assume } \beta$$

‘Centauro’ ou ‘Unicórnio’ são verdadeiros. Admitir o contrário é tanto contraintuitivo quanto nos leva a contradições. É contraintuitivo porque se há, por exemplo, uma entidade abstrata que é o universal da cor azul, justamente por ser abstrata esta entidade não tem cor, ou seja, não é azul, não satisfaz o predicado ‘Azul’. E nos leva a contradições simplesmente porque podemos conceber propriedades contraditórias. Se o universal da redondeza quadrada for redondo quadrado, então ele é redondo e não é redondo, e também é quadrado e não é quadrado. Portanto, se há alguma entidade abstrata que reifica o conceito de unicórnio, ela própria não é um unicórnio, mas uma entidade abstrata que, por isso, não satisfaz o predicado ‘Unicórnio’. Assim, mesmo que o valor de ‘x’ seja exatamente esta entidade, será falso que Unicórnio(x) e, portanto, sob a hipótese de que o domínio do segundo termo de ($T \text{ assume } \alpha$) é o mesmo do das variáveis de T , T_U e T_C não terão qualquer compromisso ontológico.

Mas se quisermos defender que o contexto da relação ‘*assume*’ é extensional, então ela deve passar no teste da substitutividade de idênticos. Logo, como $\alpha = \beta = \emptyset$, deveríamos poder substituir à vontade α por β nas afirmações acima e obtermos:

$$\mathbf{T}_u \text{ assume } \beta$$

$$\mathbf{T}_c \text{ assume } \alpha$$

Aceitar a substitutividade de idênticos nos força, portanto, a aceitar que \mathbf{T}_u , que afirma apenas que existem unicórnios, compromete-se ontologicamente com centauros e \mathbf{T}_c , que afirma apenas que existem centauros, compromete-se ontologicamente com unicórnios. Aplicando o mesmo princípio podemos concluir que \mathbf{T}_u e \mathbf{T}_c também se comprometem ontologicamente com Pégaso, o Conde Drácula, flogisto e qualquer coisa que outras teorias incorretamente afirmem existir. Em geral, segundo a hipótese que ora investigamos, todas as teorias que afirmem a existência de algo que não exista compartilharão parte de seus compromissos ontológicos. Novamente, todas estas conclusões contrariam a intuição de que os compromissos ontológicos de uma teoria deveriam depender exclusivamente do que ela afirma existir, e não do que existe ou do que outras teorias afirmam existir. Isto nos leva a concluir que a relação ‘*assume*’ não respeita a substitutividade de idênticos e, portanto, não passa no teste da extensionalidade quando consideramos que o seu segundo termo varia sobre classes das entidades que podem ser valores das variáveis das teorias.

Mas se compromissos ontológicos não podem ser nem entidades nem classes de entidades, o que eles são? Conceitos? Ideias? Atributos? Universais? Particulares abstratos? Expressões linguísticas (termos) que não designam? Segundo Jubien (1972: 384), adotar estes candidatos e “abandonar a ideia de que os compromissos ontológicos são dados por uma relação entre teorias e entidades ou classes nos força para a direção da intensionalidade.” Afinal, o que distingue centauros de unicórnios é exatamente o que distingue os compromissos ontológicos de \mathbf{T}_c e \mathbf{T}_u . Mas vimos que esta distinção não está nas entidades (ou nas classes de entidades) que são centauros e unicórnios, para as quais os predicados ‘Centauro’ e ‘Unicórnio’ se aplicam. Então parece lícito afirmar que a distinção entre centauros

e unicórnios é conceitual (ou intensional). Não está nas coisas que são centauros ou unicórnios, mas no conceito de ser centauro ou ser unicórnio. Eis a ‘direção da intensionalidade’.

E não importa qual a nossa categorização ontológica para isto que estou chamando de conceito. Podemos tratá-lo como algo mental, e inseri-lo no âmbito dos significados, ideias, intensões; podemos tratá-lo como termo linguístico, pertencente a alguma formalização, como o cálculo lambda ou alguma teoria semântica; podemos inclusive reificar os conceitos de ser centauro e ser unicórnio, substituindo-os por entidades como universais, ou atributos, ou particulares abstratos. Todas estas possibilidades estão abertas para a exploração e podem resultar em abordagens bastante distintas e interessantes sobre os compromissos ontológicos. No entanto, todas estas abordagens serão intensionais, porque nenhum destes candidatos ao segundo termo da relação ‘*assume*’, que seja capaz de explicar aquilo que diferencia centauros de unicórnios, respeitará o princípio de substitutividade dos idênticos; pois não havendo centauros e unicórnios, as coisas que são centauros e unicórnios são idênticas, mas aquilo com o que T_C se compromete quando apenas assume centauros não pode ser idêntico àquilo com o que T_U se compromete quando apenas assume unicórnios. Conforme Jubien,

[é] apenas neste sentido que se afirma que o compromisso é intensional: a substitutividade de expressões codesignativas na segunda posição da locução ‘ T *assume* α ’ falha. (Jubien 1972: 384)

Afirmar a intensionalidade da noção de compromisso ontológico pode evidenciar certa incoerência na filosofia de Quine, uma vez que este sempre defendeu a sua extensionalidade. Mas não se constitui nem em uma crítica à noção de compromisso ontológico, nem tampouco em uma crítica ao próprio critério. É, antes, um esclarecimento e uma caracterização destes. Church, por exemplo, em seu artigo “Ontological Commitment”, de 1958, defende tanto a importância da noção de compromisso ontológico, quanto o seu caráter intensional. Sobre o primeiro ponto, ele afirma que “nenhuma discussão de questão ontológica [...] pode ser considerada inteligível a menos que obedeça um critério definido de compromisso ontológico.” (Church 1958: 1012) E aponta exemplos em Ayer, Ryle e Pap de posicionamentos ontológicos incoerentes e ininteligíveis justamente

por não respeitarem qualquer noção de compromisso ontológico. Sobre o segundo ponto, por considerar demasiado óbvio que a noção de compromisso ontológico é intensional, ele se limita ao seguinte comentário em nota de rodapé:

Observo, de passagem, que compromisso ontológico é uma noção intensional, no sentido de que o compromisso ontológico deve ser com o conceito de uma classe (*class concept*) ao invés de com uma classe. Por exemplo, o compromisso ontológico com unicórnios evidentemente não é o mesmo que o compromisso ontológico com vacas roxas, mesmo se por acaso as duas classes sejam ambas vazias e por isso idênticas. (Church 1958: nota 3)¹⁴

5 Algumas objeções e respostas

Com o passar dos anos considerações sobre (e respeito a) algum critério de compromisso ontológico, ainda que alternativo, tornaram-se exigências básicas entre os participantes dos debates sobre ontologia na tradição analítica da filosofia. Mas, na mesma medida em que a meta-ontologia quineana ganhava reconhecimento e importância, vários de seus aspectos específicos diretamente relacionados à noção de compromisso ontológico receberam críticas e objeções, algumas das quais abordaremos brevemente.¹⁵

¹⁴ A intensionalidade da noção de compromisso ontológico é considerada, hoje, uma questão decidida, sendo Cartwright (1954) e Scheffler and Chomsky (1958) as referências obrigatórias. Ver, por exemplo, Humphries (1980: 164), Chateaubriand (2003: 47-49), Rayo (2007: 432) e Peacock (2011: 89). Vale notar que para além de algumas tentativas frustradas de formular de modo explicitamente extensional o critério, o próprio Quine nunca respondeu diretamente a estas acusações de intensionalidade.

¹⁵ Em um tema tão polêmico e central a múltiplas áreas da filosofia, com presença constante na literatura há mais de 70 anos, certamente nosso recorte das poucas objeções que serão aqui abordadas é arbitrário e incompleto. Apesar disso, dentre as objeções com que travei conhecimento, escolhi incluir aquelas cujo tratamento julguei contribuir para aprofundar o esclarecimento da noção de compromisso ontológico e evidenciar suas conexões com a linguagem, a semântica, a lógica e a metafísica.

5.1 *Alston, Searle e as relações entre ontologia e linguagem*

Um tipo de objeção muito comum, primeiramente feita por Alston (1958) e depois por muitos outros, como Searle (1969), Hodges (1972), Jackson (1980), Humphries (1980) e Glock (2002) dirige-se ao aspecto linguístico e formal da proposta de Quine. Estes autores consideram inadmissível que paráfrase ou regimentação sejam capazes de resolver questões substantivas sobre ontologia. Alston, por exemplo, analisa vários pares de sentenças onde a segunda supostamente evita os compromissos ontológicos da primeira, tais como:

Há uma possibilidade de que James venha. (9)

A asserção de que James virá não é indubitavelmente falsa. (10)

e então afirma:

Se um homem admite (assere) a existência de possibilidades, isto depende de que declarações ele faz, não de quais sentenças ele usa para fazer suas declarações. [...] É uma questão do que ele diz, não de como ele diz. Ele não pode rejeitar sua admissão simplesmente mudando suas palavras. (Alston 1958: 13)

Segundo Alston, se (10) diz o mesmo que (9), então ou ambas se comprometem com a existência de possibilidades ou nenhuma se compromete. Nossos compromissos ontológicos deveriam depender apenas do que dizemos e não de como dizemos.

As críticas desta natureza, no entanto, fundam-se em uma suposição equivocada de que a redução ontológica por paráfrase ou regimentação exige sinonímia. A regimentação na notação canônica requer escolhas sobre como resolver as ambiguidades do discurso em linguagem natural. Muitas destas escolhas são relacionadas à ontologia. (9) e (10) podem não ser totalmente claras com relação à ontologia que assumem, mas suas versões regimentadas não são apenas sentenças distintas, mas também fazem declarações distintas. Não são sinônimas. Uma assume a existência de possibilidades e a outra não. A redução ontológica (como a da versão regimentada de (9) para a versão regimentada de (10)) será aceitável sempre que a entidade ontológica reduzida não for essencial para a comunicação pretendida. Não se trata, como alega Alston, de dizer a mesma coisa de modos diferentes, mas de dizer coisas diferentes, de ter dito mais

onde se poderia dizer menos.

Dentre os outros autores que fazem este tipo de objeção, Searle (1969) merece destaque por sua influência e por ter avançado um passo além da argumentação de Alston. Ele afirma:

Quero agora [...] atacar a própria noção de um critério de compromisso ontológico puramente objetivo ou notacional, mostrando que se o levarmos realmente a sério podemos mostrar que qualquer compromisso ontológico é apenas aparente, simplesmente parafraseando-o. (Searle 1969: 10)

Ele propõe, em seguida, duas definições:¹⁶

‘K’: conjunção de todo o conhecimento científico

‘P’: $P(x) =_{df} (x = \text{estacaneta}) \wedge K$

e apresenta a seguinte demonstração:¹⁷

1	┌	K	(axioma)
2	├	estacaneta = estacaneta	(= Introd)
3	├	(estacaneta = estacaneta) \wedge K	(\wedge Introd em 2, 1)
4	├	P(estacaneta)	(def. de P em 3)
5	└	$\exists x P(x)$	(\exists Introd em 4)

Searle alega ter assim demonstrado que a asserção de todo o conhecimento científico compromete-se ontologicamente apenas com esta caneta. Como a prova acima não depende nem das sentenças que ‘K’ abrevia, nem da referência da constante ‘estacaneta’, se Searle estiver correto, com este argumento poderemos, à nossa vontade, tanto eliminar quanto atribuir qualquer compromisso ontológico a qualquer teoria. Isto representaria uma redução ao absurdo do critério de compromisso ontológico. (Searle 1969: 110)

À primeira vista pode até parecer que Searle tem razão, afinal o

¹⁶ Searle ignora que não há constantes individuais na notação canônica e constrói seu argumento com auxílio do nome ‘estacaneta’. Este, no entanto, não é um ponto essencial, pois o mesmo argumento poderia ser produzido sem o uso de nomes, respeitando-se a notação canônica de Quine.

¹⁷ A prova de Searle e a seguinte estão formalizadas em dedução natural, estilo Fitch, de acordo com as regras de Barwise et al. (1999: 557).

valor que 'x' deve ter para que ' $\exists xP(x)$ ' seja verdadeira é única e exclusivamente esta caneta (a referência do nome 'estacaneta'). Então, de acordo com o critério de Quine, ' $\exists xP(x)$ ' parece comprometer-se ontologicamente apenas com esta caneta. Há, no entanto, uma falha evidente no argumento de Searle. Uma maneira de mostrá-la é através da seguinte prova:

1		$\exists x P(x)$	<i>(axioma)</i>
2		$\exists x ((x = \text{estacaneta}) \wedge K)$	<i>(def. de P em 1)</i>
3		a	
		$(a = \text{estacaneta}) \wedge K$	<i>(hipótese)</i>
4		K	<i>(\wedge Elim em 3)</i>
5		K	<i>(\exists Elim em 2 e 3-4)</i>

Quem quer que use a sentença ' $\exists x P(x)$ ' para asserir todo o conhecimento científico aceita a definição de 'P' apresentada por Searle e, sendo assim, também aceita a prova acima, que aponta que 'K', a conjunção de todo conhecimento científico, é consequência lógica de ' $\exists x P(x)$ '. Searle parece esquecer que são teorias e não sentenças que têm compromissos ontológicos. Encarada como teoria, ' $\exists x P(x)$ ' terá além do compromisso ontológico com esta caneta, que ela própria torna explícito, todos os compromissos ontológicos de suas consequências. Então a prova acima mostra que ' $\exists x P(x)$ ' terá exatamente os mesmos compromissos ontológicos de 'K' e mais um: esta caneta. Não há, portanto, qualquer eliminação de compromissos ontológicos, apenas acréscimo. E não é um acréscimo gratuito, porque de fato ' $\exists x P(x)$ ' diz mais do que 'K'. Além de afirmar a conjunção de todas as afirmações da ciência, afirma também que esta caneta existe.¹⁸

¹⁸ Saber quais são os compromissos ontológicos de 'K' é uma outra questão. Searle (1969: 110) simplesmente afirma que 'K' "é uma abreviação para (a conjunção das declarações que expressam) todo o conhecimento científico existente". Ora, se ele quer criticar o critério de Quine, então deve mostrar que o seu uso, que exige regimentação na notação canônica, é de algum modo problemático. Haverá certamente dificuldades óbvias em qualquer tentativa de regimentar toda a ciência em uma única teoria formal e tomar a conjunção de seus axiomas. Mas isso é irrelevante tanto para o argumento de Searle, quanto para

5.2 Rayo e as propriedades extrínsecas

Rayo (2007: 428) define as *condições de verdade* de uma sentença (ele não fala em teorias) como as “demandas que a verdade da sentença impõe ao mundo”, e define os *compromissos ontológicos* como uma parte (ou aspecto) das condições de verdade da sentença. Os compromissos ontológicos de uma sentença serão, portanto, dentre as demandas que a sua verdade impõe ao mundo, aquelas que concernem à ontologia, ao que há. Diante desta definição, ele então apresenta a seguinte objeção ao critério de Quine:

O critério de Quine pode degenerar quando a linguagem contém predicados atômicos que expressam propriedades extrínsecas. Parte do que é ser uma filha é ter pais [genitores]. Então a verdade de ‘ $\exists x$ Filha(x)’ demanda do mundo que haja pais. Mas pais não precisam estar entre os valores das variáveis para que ‘ $\exists x$ Filha(x)’ seja verdadeira. (Rayo 2007: 431-432)

Rayo também aponta algumas limitações do critério de Quine relacionadas principalmente à pouca expressividade da notação canônica, e formula algumas ampliações do critério de compromisso ontológico aplicáveis a linguagens formais com mais capacidade expressiva, entre elas uma para linguagens com quantificadores plurais e uma para linguagens com operadores modais de necessidade e possibilidade. Mais do que críticas, estas propostas são desdobramentos da noção de compromisso ontológico e do critério de Quine para contextos mais amplos do que seu foco original, limitado às teorias científicas. No entanto, o próprio Rayo admite que as suas ampliações do critério de Quine continuam suscetíveis à crítica das propriedades extrínsecas (Rayo 2007: 438). A objeção das propriedades extrínse-

a nossa crítica a seu argumento, uma vez que nem o ataque de Searle nem nossa defesa dependem da constituição de ‘K’. Independentemente de quais são os compromissos ontológicos de ‘K’ e de quão acuradamente bem eles representam os compromissos ontológicos de toda a ciência, o argumento de Searle seria bem sucedido se ele de fato tivesse mostrado que sua construção de ‘ $\exists x P(x)$ ’ anula todos os compromissos ontológicos de ‘K’, substituindo-os por um único. Vimos, no entanto, que isto não ocorre. Mas apesar de incorreta, a objeção de Searle continua influente. Michael (2008) e Peacock (2011), por exemplo, fundamentam sua rejeição ao critério de Quine em versões do argumento de Searle levemente alteradas, porém igualmente incorretas. Para uma análise bastante mais detalhada da objeção de Searle ver Chateaubriand (1971: 39-47).

cas é bastante direta. As únicas entidades que precisam ser assumidas como valores de 'x' para que ' $\exists x$ Filha(x)' seja verdadeira são filhas. Então, segundo o critério de Quine, ' $\exists x$ Filha(x)' compromete-se ontologicamente apenas com filhas. No entanto, a existência de filhas demanda a existência de pais. Logo, a verdade de ' $\exists x$ Filha(x)' demanda do mundo, no que concerne à ontologia, mais do que o critério aponta como os seus compromissos ontológicos.

Há uma resposta bastante imediata a esta objeção, que consiste, simplesmente, em notar que as propriedades extrínsecas não são um problema do critério de Quine, mas da maneira como Rayo caracteriza os compromissos ontológicos de uma sentença como a porção que concerne à ontologia das demandas que a sua verdade impõe ao mundo. A existência de pais pode ser parte das demandas que a verdade de ' $\exists x$ Filha(x)' impõe ao mundo, mas não é um compromisso de ' $\exists x$ Filha(x)' porque esta sentença não trata de pais, mas de filhas. Havendo filhas ela será verdadeira.

Isto já basta, mas podemos, no entanto, avançar um pouco mais na resposta à objeção de Rayo. Alguém poderia defender que uma das demandas ontológicas que a verdade de ' $\exists x$ Filha(x)' impõe ao mundo é que o sol exista. Parte do que é ser uma filha é haver um sol, porque sem o sol morreríamos ou nem teríamos existido e, portanto, não haveria filhas. Para que haja filhas é preciso que o sol exista. Mas assumir que o sol é um dos compromissos ontológicos de ' $\exists x$ Filha(x)' soa claramente como um exagero, ao passo que assumir pais como um de seus compromissos ontológicos não soa nada exagerado. Parece até justo. Por que? Simplesmente porque não levamos o sol em consideração quando julgamos se há algum valor de 'x' para o qual 'Filha(x)' é verdadeira, mas considerações sobre pais são necessárias para qualquer julgamento sobre que valores de 'x' satisfazem 'Filha(x)'.

O modo como Rayo caracteriza as condições de verdade de uma sentença como as demandas que sua verdade impõe ao mundo é exagerado quando o que nos interessa é apenas um critério para julgar em que condições ela será verdadeira ou falsa. Afinal, pode haver uma quantidade infinita de demandas que a verdade de ' $\exists x$ Filha(x)' impõe ao mundo sobre as quais não temos a mais vaga ideia e que, no entanto, não têm a menor influência em nossa capacidade de julgar corretamente ' $\exists x$ Filha(x)' como verdadeira. Para estes julga-

mentos necessitamos apenas daquilo que na seção 4 foi chamado de intensão ou significado. Considerações sobre o sol não fazem parte do significado de ‘filha’, mas considerações sobre pais fazem. Dizer isso não é nada mais do que dizer que não levamos o sol em consideração quando julgamos se ‘Filha(x)’ é verdadeira para um certo valor de ‘x’, mas levamos os pais em consideração.

Então, se não quisermos ser acusados de negligenciar as propriedades extrínsecas de um predicado, devemos regimentá-lo de modo a que todos os elementos que contamos como parte de seu significado (nesta acepção do termo significado empregada no parágrafo anterior) se façam presentes na forma regimentada. Se fizermos isso, o termo ‘filha’ será tratado não como um predicado, mas como uma relação, ‘FilhaDe’, cuja interpretação óbvia é: ‘FilhaDe(x,y,z)’ é verdadeira se e somente se ‘x’ é filha de ‘y’ e ‘z’. Não há nada que podemos dizer com o predicado ‘Filha’ que não possa ser dito com a relação ‘FilhaDe’. Em particular, a sentença ‘ $\exists x$ Filha(x)’ seria escrita como ‘ $\exists x \exists y \exists z$ FilhaDe(x,y,z)’. Para esta sentença o problema das propriedades extrínsecas parece ter desaparecido porque as demandas ontológicas mais óbvias que a sua verdade impõe ao mundo coincidem com os seus compromissos ontológicos, uma vez que para que ela seja verdadeira é preciso que haja uma filha e dois pais.

Mas alguém ainda poderia discordar e afirmar, por exemplo, que uma parte fundamental do que é ser uma filha é ter avós, já que sem avós não há pais e sem pais não há filhas. Entre os pais e o sol há uma imensa quantidade de demandas que a verdade de ‘ $\exists x$ Filha(x)’ impõe ao mundo que não estão tão próximas assim para participarem do que consideramos inicialmente seu significado, nem tão distantes assim a ponto de sua menção provocar estranheza. A existência de filhas parece demandar, além de pais, que haja avós, já que sem avós não há pais, que haja casais, pelo menos durante um certo tempo necessário para o início da produção de filhas, que haja fêmeas, já que todas as filhas são fêmeas, que haja machos, porque eles ainda são necessários para produzir filhas, que haja espécies, porque casais com membros fisiologicamente muito diferentes não produzem filhas, que haja vida, ... , que haja o sol.

O que fazer nos casos intermediários? Onde devemos parar nossa lista de demandas? Onde termina o significado de ‘filha’ e começam os fatos sobre ‘filha’? Podemos interromper a lista de

demandas onde quisermos. Como afirmado no início, não somos obrigados nem a incluir os pais. No entanto, creio que classificar uma demanda específica, tal como a exigência de avós, como propriedade extrínseca negligenciada por um predicado, como 'Filha', será um claro exagero quando considerações sobre esta demanda, os avós, não são levadas em conta nos julgamentos sobre o que está ou não na extensão do predicado, ou seja, quais valores de 'x' satisfazem 'Filha(x)'. Parece justo exigir pais, uma vez que os consideramos na determinação da extensão de 'Filha'. Neste sentido, melhor regimentar 'filha' como 'FilhaDe'. Mas parece exagero exigir avós, porque nem na determinação da extensão de 'FilhaDe' eles são requeridos.¹⁹

Não temos condições de dar conta de todas as demandas ontológicas que a verdade de uma afirmação impõe ao mundo, mas ainda assim podemos ter condições de julgar quando esta mesma afirmação é verdadeira. Na mesma medida teremos também condições de expressar o que este julgamento exige que exista. Os compromissos ontológicos de uma afirmação não serão, portanto, todas as demandas ontológicas que sua verdade impõe ao mundo, mas serão apenas as demandas ontológicas dos nossos julgamentos sobre sua verdade.²⁰

¹⁹ Note que o limite razoável sobre onde parar a lista de demandas foi obtido sem o apelo a qualquer distinção sofisticada entre analítico e sintético, ou entre significado e fato. Exigimos apenas o que já está disponível a qualquer um que afirme ter uma *interpretação* para o vocabulário da sentença. Ver o item (2) e especialmente o item (3) da nota 9.

²⁰ Podemos, se quisermos, ir além da objeção apresentada e nos perguntarmos sobre as outras demandas, aquelas que deixamos de fora do significado do termo. Qual a relação que avós, casais, fêmeas, espécies, vida e o sol têm com filhas? Cabe lembrar mais uma vez que, diferentemente das reformulações de Rayo, o critério de compromisso ontológico de Quine dirige-se a teorias, não a sentenças. E serão exatamente as teorias que estabelecerão as conexões menos óbvias de 'filha'. Teorias diferentes nos darão conexões e limites diferentes. Uma teoria antropológica sobre parentesco incluirá avós, talvez casais; uma teoria genética acrescentará machos, fêmeas e espécies; a simples afirmação da existência de filhas não incluirá nada, nem pais se não quisermos; uma teoria ecológica incluirá a vida e talvez até o sol.

5.3 Azzouni e os predicados alternativos de existência

Um outro tipo de objeção ao critério de Quine que vale a pena tratar relaciona-se à suposta ausência de padrões para julgar entre critérios de compromisso ontológico alternativos, quando estes são baseados em conceitos de existência também alternativos. Azzouni (1998), interessado em defender uma posição deflacionista que considera filosoficamente indeterminadas as questões sobre ontologia, principalmente no âmbito da filosofia da matemática, apresenta uma crítica ao debate que se faz em torno da *tese da indispensabilidade de Quine-Putnam*. A tese afirma que “se nossas melhores teorias científicas (físicas) requerem quantificação existencial sobre certas entidades, então estamos ontologicamente comprometidos com tais entidades” (Azzouni 1998: 1). Como as nossas melhores teorias científicas requerem quantificação existencial sobre diversas entidades matemáticas, então estamos ontologicamente comprometidos com elas. A tese da indispensabilidade funda-se tanto na noção de compromisso ontológico, quanto no próprio critério de Quine, pois assume tanto que as teorias que sustentamos nos comprometem ontologicamente, quanto que estes compromissos expressam-se nas quantificações existenciais.

Azzouni, assim como fizemos na introdução, também considera que conceitos de existência distintos, que ele chama de *critérios para o que existe* (CE), demandam diferentes critérios de compromisso ontológico, que ele chama de *critérios para reconhecer com o que os discursos nos comprometem* (CR). Como exemplos de CEs alternativos podemos ter *concretude*, ou *espaço-temporalidade*, ou *eficácia causal*, ou *constitutividade sensorial*,... ou o que quer que tomemos como a marca da existência. Diferentes concepções metafísicas e meta-ontológicas nos dão diferentes CEs.

Azzouni então afirma que Quine não apresentou qualquer CE, mas apenas um CR. E diz que mesmo se aceitarmos a regimentação em primeira ordem que Quine exige, podemos, ainda assim, questionar o papel do quantificador existencial como o recurso formal responsável por atribuir compromisso ontológico aos valores das variáveis. Podemos, ao invés disso, usar o CE que favorecemos para criar um predicado de existência, tal como ‘Concreto’ ou ‘Causalmente Eficaz’, e dar a este predicado a responsabilidade de atribuir

compromisso ontológico aos valores das variáveis. A existência deixaria de ser o que o quantificador existencial expressa, e passaria a ser o que o predicado de existência escolhido expressa. Fazer isso é mudar o próprio critério de compromisso ontológico.

Segundo Azzouni, critérios de compromisso ontológico alternativos assim construídos seriam tão legítimos quanto o de Quine, pois não haveria qualquer fundamento racional para decidirmos entre critérios rivais. Cada critério seria igualmente bom para apontar os compromissos ontológicos segundo o conceito de existência do qual ele se origina. Diante disto a tese da indispensabilidade perderia sua força, pois mesmo havendo acordo sobre quais são as nossas melhores teorias científicas, diferentes critérios de compromisso ontológico, construídos segundo distintos conceitos de existência, apontariam distintas entidades como indispensáveis. Não havendo acordo sobre o que significa existir, também não haveria acordo sobre o que é indispensável que exista.

Há, no entanto, uma assimetria lógica entre o papel dos quantificadores e o papel dos predicados que nos ajuda a perceber que Azzouni está errado quando afirma que há razões tão boas para justificar o critério de Quine quanto qualquer outro critério baseado em um predicado de existência. Esta assimetria consiste no fato de que os quantificadores de primeira ordem (\exists e \forall) legislam sobre os predicados e relações de primeira ordem e sobre as entidades que podem satisfazê-los, impondo-lhes *obrigações* e *proibições*.

Suponha, por exemplo, que eu adote a doutrina que iguala o ser à eficácia causal e tome o predicado ‘CausalmenteEficaz’ como predicado de existência e, parafraseando Quine, afirme que a existência é o que o predicado ‘CausalmenteEficaz’ exprime, que uma entidade x existe se e somente se CausalmenteEficaz(x). Se, juntamente, eu adotar a notação canônica e a lógica clássica como recursos formais para lidar com minhas teorias, eu estarei também admitindo não só restrições que se impõem a tudo o que existe, à revelia de qualquer consideração sobre a eficácia causal, como também restrições que se impõem ao próprio predicado de existência ‘CausalmenteEficaz’. Serão restrições impostas pelos quantificadores e suas regras lógicas, sobre as quais nenhum predicado (de existência ou não) pode interferir. Se eu, por exemplo, considerar que ‘deus’ existe, justamente por julgar que ‘CausalmenteEficaz(deus)’ é verdadeiro, então,

dada uma propriedade ‘F’ qualquer, ‘deus’ e qualquer entidade que eu considere existir está *obrigado* a satisfazer ou não satisfazer ‘F’. Esta obrigação está em vigor para ‘deus’ independentemente de quaisquer considerações que façamos sobre a sua eficácia causal. Ela está em vigor para ‘deus’ e para todo o resto simplesmente porque ‘ $\forall x(F(x) \vee \neg F(x))$ ’ é uma verdade lógica. E não há só obrigações, mas também proibições que se impõem a ‘deus’, sobre as quais nenhuma consideração sobre a sua eficácia causal terá a menor influência. A ‘deus’ é proibido satisfazer e não satisfazer uma propriedade ‘F’ qualquer simplesmente porque ‘ $\neg \exists x (F(x) \wedge \neg F(x))$ ’ também é uma verdade lógica.²¹

Os quantificadores, juntamente com os demais operadores lógicos, impõem obrigações e proibições que regulam a existência de um modo que escapa a qualquer conceito de existência que tenha sido formalizado como um predicado. A divergência na concepção do modo de existir das entidades matemáticas, que separa os matemáticos clássicos dos construtivistas, por exemplo, exigiu destes últimos mais do que um predicado de existência alternativo. Exigiu uma lógica alternativa, a lógica intuicionista, que é rebelde e não aceita, dentre outras, a obrigação expressa por ‘ $\forall x (F(x) \vee \neg F(x))$ ’. O modo de ser das entidades da matemática construtivista é diferente do modo de ser das entidades da matemática clássica simplesmente porque seus quantificadores são diferentes, porque eles obedecem regras lógicas diferentes. Na seguinte passagem Quine é bastante explícito a este respeito:

O intuicionista tem uma doutrina do ser diferente da minha, na medida em que tem uma teoria da quantificação diferente; e eu simplesmente estou em desacordo com o intuicionista tanto num caso quanto no outro. (Quine 1969a: 108)

²¹ Para dar um exemplo um pouco menos óbvio, uma vez assisti a uma conferência de Nathan Salmon em que ele demonstrou que o barbeiro do paradoxo do barbeiro, aquele que faz a barba de todos os que não se barbeiam, não existe. E ele não chegou a esta conclusão por qualquer consideração sobre a sua eficácia causal. Chegou a ela simplesmente por notar que ‘ $\neg \exists x \forall y (FazABarba(x,y) \leftrightarrow \neg FazABarba(y,y))$ ’ é uma verdade lógica. A afirmação da não existência de tal barbeiro é um teorema da lógica clássica de primeira ordem. Isto ilustra bem como a existência está sob a jurisdição dos teoremas quantificacionais da lógica a despeito de quaisquer outras considerações.

Church também defende um ponto de vista semelhante:

[E]sses filósofos que falam de ‘existência’, ‘realidade’ e similares, devem ser entendidos como significando o quantificador existencial. [...] A justificativa é que nenhum outro significado razoável de ‘existência’ foi jamais fornecido. (Church 1958: 1014)

A moral da história é que se Azzouni quer defender compromissos ontológicos alternativos baseados em conceitos de existência alternativos, não basta a ele propor predicados de existência, é preciso lógicas alternativas. É preciso apresentar o comportamento lógico destes conceitos de existência, ou seja, traduzi-los em regras lógicas coerentes que expressem as restrições, obrigações e proibições que estas concepções de existência impõem aos seres. Azzouni erra quando afirma que Quine não propôs um critério para o que existe (CE). Ele propôs. É a sua doutrina referencial do ser, para a qual não há melhor esclarecimento do que as restrições que os teoremas quantificacionais da lógica clássica impõem a tudo o que existe. Qualquer CE alternativo que pretenda rejeitar algum aspecto da doutrina referencial do ser de Quine precisa rejeitar algum aspecto da lógica que ele favorece. E podemos discordar de Quine de diversas maneiras. A lógica intuicionista é apenas uma delas. Há as lógicas modais, a lógica de segunda ordem, as lógicas livres, lógicas relevantes, lógicas paraconsistentes e tantas outras.

Mas todas estas possibilidades, longe de deflacionar a ontologia, como queria Azzouni, representam ao contrário o reconhecimento de sua importância fundamental. Afinal, se diferentes doutrinas sobre o ser demandam diferentes teorias da quantificação e diferentes lógicas, então nossas decisões sobre o que significa existir influenciarão todos os demais assuntos sobre os quais raciocinamos. Aquele padrão, que Azzouni julgou não haver, para decidir entre critérios de compromisso ontológico e conceitos de existência alternativos pode agora ser fornecido por uma comparação entre as divergentes abordagens sobre a validade lógica e sua adequação aos nossos discursos e aos fatos.

6 Quantificação, extensionalidade e naturalismo

Gostaria de terminar este artigo refletindo sobre alguns dos aspectos mais controversos da abordagem de Quine aos compromissos on-

tológicos, buscando esclarecer certos pontos que ajudam a entender algumas de suas polêmicas posições.

Duas das teses mais básicas da meta-ontologia quineana e que, segundo van Inwagen (2009), tornaram-se fundamentos metodológicos de toda uma tradição da ontologia, afirmam que:

A existência é unívoca. (11)

O seu sentido único é adequadamente capturado pelo quantificador existencial. (12)

Ora, se a existência é unívoca, então não há diferentes modos de ser. Qualquer coisa que exista, existe exatamente no mesmo sentido do que qualquer outra. Se, além disso, este sentido único da existência é capturado pelos quantificadores, então há um único e irrestrito domínio de quantificação, que abrange tudo o que há. Se números, pedras e atributos existirem, então a variável 'x' poderá assumir valores entre os números, as pedras e os atributos. Não há múltiplos tipos de variáveis, mas um único tipo. Então as teses (11) e (12) nos levam à seguinte tese:

Há um único e irrestrito domínio de quantificação que abrange tudo o que há. (13)

Admitir um único e irrestrito domínio de quantificação ajuda a explicar a simplicidade do lema 'ser é ser o valor de uma variável', mas também exige de Quine que ele seja cuidadoso com o que pode estar entre estes valores, ou seja, com o que pode existir. Uma das posturas de Quine muito criticada é sua insistência na lógica de primeira ordem como o sistema em que as teorias devem ser regimentadas para a avaliação de seus compromissos ontológicos. Por que não utilizar a lógica de segunda ordem? Por que não permitir quantificação também sobre predicados e relações e com isso ampliar as possibilidades do que pode existir, do que pode ser valor de variável? Esta alternativa, no entanto, não está aberta a Quine. Ela é incompatível com a sua admissão de um único e irrestrito domínio de quantificação, pois se ele admitir a segunda ordem, ou seja, admitir que pode quantificar sobre predicados e relações, obterá imediatamente o paradoxo de Russell. Como bem aponta Potter (2004: 300), só há duas maneiras de evitar o paradoxo de Russell na lógica de segunda ordem: ou aban-

donando a tese (13), ou admitindo que a quantificação em segunda ordem gera um contexto intensional, ou seja, considerando que pode haver predicados ‘G’ e ‘F’ que são verdadeiros exatamente dos mesmos indivíduos (têm a mesma extensão), mas cujos valores (que a semântica lhes atribui) são distintos: $\exists G \exists F ((G \neq F) \wedge \forall x (F(x) \leftrightarrow G(x)))$.

Estas, no entanto, são duas concessões que Quine simplesmente não está disposto a fazer. Elas são incompatíveis com convicções básicas que fundamentam todo seu projeto filosófico. Abandonar a unicidade e generalidade absoluta do domínio de quantificação (13) exige abandonar alguma de suas teses meta-ontológicas mais fundamentais, a univocidade da existência (11) ou a sua tradutibilidade na quantificação existencial clássica (12). Afinal,

[a] existência é o que o quantificador existencial expressa. Há coisas do tipo F se e somente se $\exists x F(x)$. (Quine 1969a: 97)

E abandonar a extensionalidade é abandonar o que Quine considera o requisito mínimo para a aceitação de qualquer entidade, seu padrão de admissibilidade ontológica, que funda-se nos princípios de identidade (substitutividade de idênticos e identidade de indiscerníveis). O indício mais evidente, para Quine, de que uma suposta entidade não existe apresenta-se quando sua interpretação semântica exige contextos intensionais, nos quais o princípio da substitutividade dos idênticos falha (Quine 1969c: 23). Da mesma forma, uma das maneiras considerada legítima por Quine de reificar um conceito é transformar em identidade uma relação de semelhança, assumindo como idêntico o que a relação considera indiscernível (Quine 1963b: 117).

[Q]ual o sentido em falar de entidades às quais não se pode dizer significativamente que são idênticas a si mesmas e distintas umas das outras? (Quine 1963d: 4)

O extensionalismo é uma política a que me agarro com força em mais de setenta anos de reflexões lógicas e filosóficas. (Quine 2008: 215)

A escolha de Quine para evitar os paradoxos é, portanto, manter-se na lógica clássica de primeira ordem, abandonando tanto a segunda ordem quanto os contextos intensionais. Mas isso não significa assumir uma posição nominalista que simplesmente nega a existência a qualquer entidade abstrata. O ponto de Quine não é este. Ele as aceita e até argumenta em favor de sua inevitabilidade (Quine 1963b: 115).

Os meus escrúpulos extensionalistas decididamente têm mais peso do que os nominalistas. (Quine 1986: 397)

No entanto, nossas teorias só se comprometerão ontologicamente com entidades abstratas quando estas forem explicitamente regimentadas como classes (extensionais) em uma teoria de conjuntos. Em “Logic and The Reification of Universals”, Quine (1963b: 113) afirma que quando dizemos que alguns cachorros são brancos,

$$\exists x (\text{Cachorro}(x) \wedge \text{Branco}(x))$$

não nos comprometemos com entidades abstratas tais como a *cachorridade* ou a *brancura*. Mas se quisermos, podemos assumir tais compromissos se afirmarmos explicitamente que

$$\exists x (x \in \text{cachorridade} \wedge x \in \text{brancura})^{22}$$

Assim regimentadas, no entanto, as entidades abstratas admissíveis para Quine são restringidas por uma teoria de conjuntos alternativa, que ele próprio criou, a teoria NF, ‘New Foundations for Mathematical Logic’ (Quine 1963c) que, ao mesmo tempo que as mantém tanto extensionais quanto protegidas dos paradoxos, aceita o conjunto universo e, portanto, é compatível com a quantificação irrestrita, tão cara a Quine.²³

²² Uso ‘cachorridade’ como nome da classe dos cachorros e ‘brancura’ como nome da classe das coisas brancas apenas para abreviar a formalização na notação canônica que, ao exigir a eliminação dos nomes e sua substituição por descrições, teria a seguinte forma, bem menos elegante:

$$\exists x (\exists y \forall z ((\text{Cachorridade}(z) \leftrightarrow y = z) \wedge x \in y) \wedge \exists u \forall w ((\text{Brancura}(w) \leftrightarrow u = w) \wedge x \in u))$$

Há compromissos ontológicos com a classe dos cachorros e a das coisas brancas porque estas classes são os valores das variáveis ‘y’ e ‘u’ exigidos para tornar a sentença verdadeira. Cabe notar a diferença e relação entre os predicados ‘Cachorro’ e ‘Cachorridade’. ‘Cachorro’ é o predicado satisfeito por todos e apenas os cachorros e ‘Cachorridade’ é o predicado satisfeito por uma e apenas uma entidade: a classe de todos os cachorros. Ou seja:

$$\exists y \forall z ((\text{Cachorridade}(z) \leftrightarrow y = z) \wedge \forall x (\text{Cachorro}(x) \leftrightarrow x \in y))$$

A mesma distinção se dá entre os predicados ‘Branco’ e ‘Brancura’.

²³ A teoria de conjuntos formalizada mais comumente usada é a teoria Zermelo-Fraenkel (ZF ou ZFC – com ou sem o axioma da escolha). Esta teoria, no entanto,

Isto nos ajuda a entender um outro ponto bastante criticado da filosofia de Quine, a sua insistência na defesa do caráter extensional dos compromissos ontológicos. Apresentei, aqui, a intensionalidade dos compromissos ontológicos apenas como uma caracterização desta noção. No entanto, como Quine sempre defendeu sua extensionalidade, esta característica é citada na literatura como uma objeção, talvez a principal delas, por incidir em um ponto especialmente sensível para Quine: sua veemente rejeição dos conceitos de intensão, sinonímia, analiticidade e demais noções ligadas à teoria do significado.

Se os métodos formais que Quine aceita para a regimentação de teorias bloqueiam a ocorrência de contextos intensionais e se os compromissos ontológicos de uma teoria são certos valores de suas variáveis, aqueles indispensáveis para a verdade das afirmações da teoria, então, tanto quanto os valores das variáveis, os compromissos ontológicos também deveriam estar protegidos da intensionalidade. Provavelmente foi este raciocínio trivial que levou Quine a afirmar sem qualquer tipo de argumentação que “a questão da ontologia de uma teoria é uma questão puramente da teoria da referência” (Quine 1951: 15).

Ocorre, porém, que os discursos sobre os valores das variáveis de uma teoria são locais, concernem apenas à teoria e não precisam ser relativizados. Nesta medida as precauções formais de Quine os protegerão da intensionalidade. Já os discursos sobre compromissos ontológicos ocorrem no debate ontológico, onde temos que ser capazes de falar de supostas entidades que podem não existir, onde pode-se querer comparar os compromissos ontológicos de teorias distintas, e afirmar, por exemplo, que elas compartilham certos compromissos, ou que uma certa entidade assumida por uma teoria, não existe para a outra, ou outras comparações do gênero. Estas comparações exigem instrumentos de análise não-locais, que são mais sofisticados do que os que Quine permite para as próprias teorias. Exige, por exemplo, que se relacione teorias com as entidades que elas requerem, que elas *assumem*. Mas vimos na seção 4 que relações deste

não serviria aos propósitos de Quine porque seus métodos para evitar o Paradoxo de Russell e demais paradoxos impedem a admissão de um conjunto universo e por isso impõem restrições aos domínios de quantificação.

tipo (a relação *assume*) estabelecem um contexto intensional. Portanto, ainda que os recursos formais que utilizamos na regimentação garantam que as ontologias de todas as teorias que admitimos sejam extensionais, a noção de compromisso ontológico não será.

A rejeição das noções da teoria do significado e de tudo que exige contextos intensionais também pode ser entendida como um compromisso de Quine com as teses (11) a (13). Qualquer tratamento formal de contextos intensionais exigirá alguma das seguintes alternativas: (a) uma lógica explicitamente de ordem superior (segunda ou maior) e, juntamente com ela, a tipificação de variáveis e a separação irreconciliável de domínios de quantificação distintos que são necessárias para evitar o paradoxo de Russell e que violam a tese (13); ou (b) a admissão de modos de existência mais sutis e distintos do modo de existência das entidades atuais, necessária para acomodar as entidades não atualmente existentes presentes nos universos dos diferentes mundos possíveis requeridos nas semânticas intensionais (semânticas de mundos possíveis), o que viola a tese (11). Ambas estas alternativas violam a univocidade da existência e são, por isso, inadmissíveis para Quine.

Mas por que Quine defende de um modo tão fundamental a tese da univocidade do ser? Por que não admitir modos alternativos de existência capturáveis em domínios de quantificação alternativos? Bastaria aceitar esta possibilidade que lhe seria permitido tanto acomodar contextos intensionais quanto utilizar lógicas de ordem superior. Isto não só abrandaria um pouco a austeridade das exigências de sua exígua notação canônica, como também o livraria de várias críticas e objeções.

Uma resposta possível está no naturalismo de sua concepção de filosofia. Quine se autodenomina um naturalista, significando com isso principalmente que ele não vê nenhuma distinção essencial entre filosofia e ciência. A filosofia não legisla nem regula a ciência, ambas trabalham em colaboração.

[É] dentro da própria ciência, e não em alguma filosofia anterior, que a realidade deve ser identificada e descrita. (Quine 1981a: 21)

A tarefa do filósofo difere da de outros, então, em detalhe, mas não de um modo tão drástico como o suposto por aqueles que imaginam para o filósofo um ponto de observação fora do esquema conceitual do qual ele se ocupa. Não existe tal exílio cósmico. (Quine 1960: 275)

Podemos interpretar que a violação das teses (11), (12) e (13) contraria sua postura naturalista. A admissão de distintos modos de ser que poderiam ser abordados por diferentes tipos de variáveis confinados a tipos de quantificadores distintos que, por isso, não seriam absolutamente genéricos, abre espaço para separar fundamentalmente a filosofia do resto da ciência. Enquanto que à ciência caberia o sentido do ser ligado aos indivíduos, à atualidade e às abstrações extensionais, à filosofia caberia tratar do sentido do ser ligado aos contextos intensionais, aos significados, aos universos não atuais. A incomunicabilidade entre os domínios de quantificação protegeria e isolaria a filosofia em um suposto “exílio cósmico”. O domínio dos seres intensionais, por exemplo, seria intocável por observações empíricas recalcitrantes, e demandaria um outro modo de pensar, um outro esquema conceitual que, de acordo com o naturalismo de Quine, é inadmissível.

Quine nunca respondeu diretamente às acusações de intensionalidade do seu critério de compromisso ontológico, e também nunca abandonou explicitamente a noção, mas após o final da década de 1960, praticamente não abordou mais o assunto, a não ser de passagem em Quine (1981b). Juntamente com este ostracismo, Quine propôs duas importantes teses relacionadas com ontologia: a tese da *relatividade ontológica* e a tese da *inescrutabilidade da referência*. Ainda que estas teses não sejam incompatíveis com a noção de compromisso ontológico, metodologicamente elas são opostas. Enquanto a noção de compromisso ontológico apresenta-se como um instrumento para a resolução de debates ontológicos, as teses da relatividade ontológica e da inescrutabilidade da referência apresentam-se como lenitivos para a impossibilidade de resolução de tais debates.

Não parece, pois, exagero afirmar que a recusa de Quine em aceitar contextos intensionais, motivada por seu naturalismo e compromisso com as teses (11) a (13), levou-o do *compromisso* à *indiferença* ontológica. Poderíamos, ainda, acusá-lo de retirar do âmbito das considerações filosóficas questões legítimas que não só ela deveria tratar, como tem tratado ao longo da história. Afinal, nós *conceituamos* e *damos significado*. E não só isso, nós também pensamos, consideramos, acreditamos, proibimos, duvidamos, cogitamos, permitimos, concebemos, admitimos, *assumimos*. . . e tantas outras coisas que nos levam aos contextos intensionais.

A resposta de Quine a esta acusação é quase mal educada. É, novamente, um compromisso austero com o naturalismo, que nos faz lembrar que, apesar de ter ultrapassado as ideias dos positivistas lógicos em muitos aspectos, ele manteve para si o mesmo projeto de filosofia que animou as investigações de Carnap e demais filósofos do Círculo de Viena.

Se certos problemas, digamos, de ontologia, ou modalidade, ou causalidade, ou condicionais contrários-aos-fatos, que surgem na linguagem natural, terminam por não surgir na ciência enquanto reconstituída com o auxílio da lógica formal, então estes problemas filosóficos foram em um importante sentido resolvidos: eles mostraram-se desvinculados de qualquer fundação necessária da ciência. [...] Filosofia da ciência é filosofia suficiente. (Quine 1953: 446)²⁴

Daniel Durante Pereira Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
durante@ufrnet.br

Referências

- Alston, W. P. 1958. Ontological commitments. *Philosophical Studies* 9(1): 8-17.
- Alves, D. D. P. 2011. Logic is metaphysics. *Principia: an international journal of epistemology* 15(1): 31-42.
- Azzouni, J. 1998. On “on what there is”. *Pacific Philosophical Quarterly* 79(1): 1-18.
- Barwise, J., J. Etchemendy, G. Allwein, D. Barker-Plummer, and A. Liu. 1999. *Language, proof and logic*. New York: CSLI publications.
- Branquinho, J. 2006. Compromisso ontológico. (See Branquinho et al. 2006: 152-158).
- Branquinho, J. 2012. What is existence? *Disputatio. Logic, Norms and Ontology. Recent Essays in Luso-Brazilian Analytic Philosophy* 4(34): 575-590.
- Branquinho, J., D. Murcho, and N. Gomes. 2006. *Enciclopédia de Termos Lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cartwright, R. L. 1954. Ontology and the theory of meaning. *Philosophy of Science* 21(4): 316-325.
- Chalmers, D., D. Manley, and R. Wasserman. 2009. *Metametaphysics: new essays on the foundations of ontology*. New York: Oxford University Press.
- Chateaubriand, O. 1971. *Ontic commitment, ontological reduction, and ontology*. Ph. D. thesis, University of California, Berkeley.

²⁴ Gostaria de agradecer aos membros do LanCog frequentadores das atividades das sextas-feiras na Universidade de Lisboa, por produzirem um estimulante ambiente acadêmico. Agradeço em especial a João Branquinho, Ricardo Santos, Manuel García-Carpintero, Elton Marques, José Mestre, Domingos Faria e Ricardo Miguel, pelas críticas e sugestões recebidas durante apresentação da proposta deste artigo. Agradeço também a José Eduardo Moura, pela cuidadosa leitura e sugestões.

- Chateaubriand, O. 2003. Quine and ontology. *Principia: an international journal of epistemology* 7(1-2): 41-74.
- Church, A. 1958. Ontological commitment. *The Journal of Philosophy* 55(23): 1008-1014.
- Etchemendy, J. 1990. *The concept of logical consequence*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Glock, H. J. 2002. Does ontology exist? *Philosophy* 77(300): 235-260.
- Hahn, L. E. and P. A. Schilpp. 1998. *The philosophy of WV Quine*. Open Court IL.
- Hodges, M. P. 1972. Quine on 'ontological commitment'. *Philosophical Studies* 23(1): 105-110.
- Humphries, J. 1980. Quine's ontological commitment. *The Southern Journal of Philosophy* 18(2): 159-167.
- Hylton, P. 2007. *Quine*. New York: Routledge.
- Jackson, F. 1980. Ontological commitment and paraphrase. *Philosophy* 55(213): 303-315.
- Jubien, M. 1972. The intensionality of ontological commitment. *Nous* 6(4): 378-387.
- Michael, M. 2008. Implicit ontological commitment. *Philosophical Studies* 141(1): 43-61.
- Parsons, T. 1967. Extensional theories of ontological commitment. *The Journal of Philosophy* 64(14): 446-450.
- Peacock, H. 2011. Two kinds of ontological commitment. *The Philosophical Quarterly* 61(242): 79-104.
- Potter, M. 2004. *Set Theory and its Philosophy: A Critical Introduction*. Oxford University Press.
- Quine, W. v. O. 1939. Designation and existence. *The Journal of Philosophy* 36(26): 701-709.
- Quine, W. v. O. 1951. Ontology and ideology. *Philosophical Studies* 2(1): 11-15.
- Quine, W. v. O. 1953. Mr. Strawson on logical theory. *Mind* 62(248): 433-451.
- Quine, W. v. O. 1960. *Word and object*. MIT press.
- Quine, W. v. O. 1963a. *From a Logical Point of View*. New York: Harper Torchbooks.
- Quine, W. v. O. 1963b. Logic and the reification of universals. (See Quine. 1963a: 102-129).
- Quine, W. v. O. 1963c. New foundations for mathematical logic. (See Quine. 1963a: 80-101).
- Quine, W. v. O. 1963d. On what there is. (See Quine. 1963a: 1-19).
- Quine, W. v. O. 1963e. Two dogmas of empiricism. (See Quine. 1963a: 20-46).
- Quine, W. v. O. 1966a. A logistical approach to the ontological problem. (See Quine. 1966b: 64-69).
- Quine, W. v. O. 1966b. *The ways of paradox: and other essays*. New York: Random House.
- Quine, W. v. O. 1969a. Existence and quantification. (See Quine. 1969b: 91-113).
- Quine, W. v. O. 1969b. *Ontological Relativity & Other Essays*. New York: Columbia University Press.
- Quine, W. v. O. 1969c. Speaking of objects. (See Quine. 1969b: 1-25).
- Quine, W. v. O. 1981a. *Theories and things*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Quine, W. v. O. 1981b. Things and their place in theories. (See Quine. 1981a: 1-23).
- Quine, W. v. O. 1986. Reply to parsons. (See Hahn and Schilpp. 1998: 396-403).
- Quine, W. v. O. 2008. *Confessions of a Confirmed Extentionalist: And Other Essays*. Harvard University Press.
- Rayo, A. 2007. Ontological commitment. *Philosophy Compass* 2(3): 428-444.

- Richard, M. 1998. Commitment. *Noûs* 32(S12): 255-281.
- Russell, B. 1905. On Denoting. *Mind* 56(14): 479-493.
- Scheffler, I. and N. Chomsky. 1958. What is said to be. In *Proceedings of the Aristotelian Society*. Volume 59: 71-82.
- Searle, J. R. 1969. *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Volume 626. London: Cambridge university press.
- van Inwagen, P. 2009. Being, existence, and ontological commitment. (See Chalmers et al. 2009: 472-506).